

Ofício nº534/ GS/SEMA

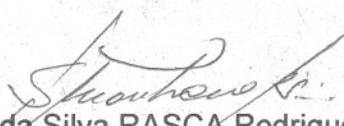
Curitiba, 04 de dezembro de 2008

Prezada Senhora:

Em atendimento ao Ofício nº 033/2008 SECEX/MMA que faz referências ao Monitoramento e análise dos efeitos da aplicação da Resolução CONAMA nº 369/2006, Processo 02000.001045/2007-10, que dispõe sobre os casos excepcionais de utilidade pública, interesse social ou baixo impacto ambiental, que possibilitam a intervenção ou supressão de vegetação em Áreas de Preservação Permanente – APPs, segue as informações anexo:

Pelo exposto esperamos ter atendido as questões levantadas por esse Ministério, colocando-nos a disposição para quaisquer outros esclarecimentos.

Atenciosamente,



Lindsley da Silva RASCA Rodrigues
Secretário de Estado
Sérgio Marchauek
Assessor DG/SEMA

A Senhora
DOMINIQUE LOUETTE
Diretora adjunta
Departamento de Apoio ao Conselho Nacional do Meio Ambiente **CONAMA**
Ministério do Meio Ambiente

DESPACHO		700/2008 - DIRAM
ASSUNTO:	MONITORAMENTO E ANÁLISE DE EFEITOS DA APLICAÇÃO DA RESOLUÇÃO CONAMA Nº 369/2006	
INTERESSADO:	MINISTÉRIO DO MEIO AMBIENTE – SECRETARIA EXECUTIVA	
REFERÊNCIA:	OFICIO CIRCULAR Nº. 033/2008/SECEX/MMA, DE 30/09/08	
DATA:	18 DE OUTUBRO DE 2008	

1. Ciente.
2. Respostas aos quesitos formulados pelo MMA:

QUESITO 1 – Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP protocolados desde a publicação da Resolução (março de 2006).

- Vide tabelas em anexo, extraídas do Sistema de Informações Ambientais do IAP, em 14/10/2008, relativas às atividades que, de forma direta ou indireta, implicam em intervenções ou supressão em áreas de preservação permanente: atividades minerárias; piscicultura; usinas de geração de energia elétrica; rodovias e obras especiais de arte em rodovias.

QUESITO 2 – Fatores motivadores das negativas de autorizações de intervenções em APP.

- Restrições legais impostas pela legislação ambiental vigente.

QUESITO 3 – Quantitativo de pedidos de autorização de intervenção ou supressão de vegetação em APP deferidos, discriminados, se possível.

- Vide tabelas em anexo, extraídas do Sistema de Informações Ambientais do IAP, em 14/10/2008, relativas às atividades que, de forma direta ou indireta, implicam em intervenções ou supressão em áreas de preservação permanente: atividades minerárias; piscicultura; usinas de geração de energia elétrica; rodovias e obras especiais de arte em rodovias.

QUESITO 4 – Área de APP a ser afetada pelos pedidos, por tipo de APP, ou, se não for possível esta avaliação, tipos de APP que serão mais afetados.

- Informação não disponível.

QUESITO 5 – Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na interpretação da Resolução.

- Sem comentários.

QUESITO 6 – Dificuldades encontradas pelo Órgão licenciador na aplicação da Resolução.

- Entendimento e aceitação pelo requerente.

QUESITO 7 – Atividades, planos e obras de utilidade pública ou interesse social, não elencados na Resolução, que deveriam ser considerados, segundo o Órgão licenciador.

- Sem sugestões pela DIRAM.

3. Retorne ao **GABINETE DO IAP**.

GAB - IAP

PTG nº 1171

Recebido em

16/10/08

às 14:22 horas


Bruna
assinatura



HARRY TELES
Diretor da DIRAM

1- cliente
2- À SSM/IGS, pois as
portas permanecem.

17/10/08



Antônio Fortunato Berno
Chefe de Gabinete IAP
Portaria 156/2008 IAP/GP

AValiação DE RESOLUÇÃO DO CONAMA

RESPOSTA AO DESPACHO 706/2008 - DIRAM

Interessado – Ministério do Meio Ambiente – Secretaria Executiva

Protocolo SID nº 7.109.628-9

DATA: 16 de outubro de 2008.

RESOLUÇÃO CONAMA Nº 10/1988

Dispõe sobre a regulamentação das APA's

1. Existe estrutura física e humana nos órgãos responsáveis pela gestão das APA's Estaduais? Sim () Não (X)
2. Qual o % de APA's Estaduais com planos de manejo e zoneamento ambiental definidos? 80%
3. Existem Zonas de Vida Silvestre definidas no zoneamento ambiental das APA's Estaduais? Sim (X) Não ()
4. Você considera que as APA's exercem papel importante na proteção e conservação dos ecossistemas existentes? Sim (X) Não ()


Marili Silva de Araújo,
Secretaria da DIBAP.